

# AS CONSEQUÊNCIAS NEGATIVAS DE PRÁTICAS CORRUPTIVAS E MÁ GESTÃO NA REALIZAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS COM RELAÇÃO AO DIREITO FUNDAMENTAL À SAÚDE

Luiza Eisenhardt Braun, Curso de Direito UNISC; Orientadora: Caroline Fockink Ritt

## Ideia central:

Este pôster trata dos estudos realizados em projeto de pesquisa iniciado em 2019, e aborda a ocorrência de práticas corruptivas e da má gestão dentro do segmento da saúde brasileira, e sua relação com a deficitária prestação de políticas públicas na área e também com a judicialização da saúde.

## Objetivos:

- ▶ Analisar o direito fundamental à saúde, seus conceitos, conteúdo e regime jurídico no Brasil;
- ▶ Apontar quais são as principais práticas corruptivas e de má gestão que acontecem com relação à prestação de políticas públicas da saúde;
- ▶ Analisar a judicialização da saúde no Brasil e sua perspectiva constitucional com relação ao direito fundamental à saúde.

## Metodologia:

O método de pesquisa utilizado no trabalho é o dedutivo, e a técnica de pesquisa é a de documentação indireta, por meio de pesquisa bibliográfica.

## Resultados parciais:

Análise do direito à saúde:

- ▶ Previsão atual como um direito fundamental e universal, cujo dever de concretização pertence também ao Estado, só foi conquistada com a Constituição Federal de 1988;
- ▶ Anteriormente a saúde era tida como privilégio daqueles que possuíam maior poder financeiro.

Práticas de corrupção na área de saúde mais recorrentes são:

- ▶ Superfaturamento de medicamentos, de equipamentos hospitalares ou da prestação de serviços;
- ▶ Fraudes em licitações;
- ▶ Desvio de dinheiro público que deveria ser destinado à saúde pública para contas particulares.

Funcionamento de organização criminosa desvendada na Operação Maus Caminhos - AM



Fonte: Ministério Público Federal

Contextos de má gestão na saúde:

- ▶ Falta de organização relacionada a medicamentos, que são regularmente descartados ou passam da data de validade sem qualquer utilização
- ▶ Má administração dos leitos hospitalares, que também deixam de ser utilizados, apesar da aparente falta destes nas unidades de saúde.

Material hospitalar descartado equivocadamente em Novo Hamburgo - RS



Fonte: G1/RS

Medicamentos descartados sem utilização em Gravataí - RS



Fonte: Giro de Gravataí

Estudo da judicialização da saúde brasileira:

- ▶ Sua ocorrência se justifica devido à falha da Administração Pública em prestar regularmente o direito à saúde;
- ▶ Muitos cidadãos recorrem ao Poder Judiciário como última alternativa para ter sua demanda em saúde atendida.

## Conclusões:

O direito fundamental à saúde não é prestado de forma satisfatória para a população porque políticas de saúde são prejudicadas pela prática de várias formas de corrupção, que retêm recursos indevidamente, que deveriam ser destinados à prestação do direito fundamental à saúde. Da mesma forma, ele não é prestado de forma satisfatória, porque acontecem inúmeras práticas de má gestão, principalmente com relação a controle e distribuição de remédios, ocasionando até o seu desperdício.

Considera-se que é devido também à ocorrência dessas situações que desviam e desperdiçam recursos destinados à saúde, que o número de indivíduos que buscam a jurisdição para concretizar o exercício do seu direito à saúde aumentou, o que, para alguns, trouxe uma judicialização excessiva, pois esta deveria ocorrer somente em situações excepcionais.